

BOLETIM informativo



Mala Direta
Postal

9912271704-DR/PR

SENAR

CORREIOS

SISTEMA FAEP



Ano XXVI

nº 1135

9 a 15 de maio de 2011

Tiragem desta edição:
24.000 exemplares

**Corumbataí
do Sul**

Onde mora
o maracujá



A nova classificação do milho

O Código embarçado e adiado

2 Código Florestal

Embarços em Brasília



6 Milho

A nova classificação

8 Arroz

Soluções para a crise

10 Campo Futuro

Ferramenta de gestão

11 Cuba

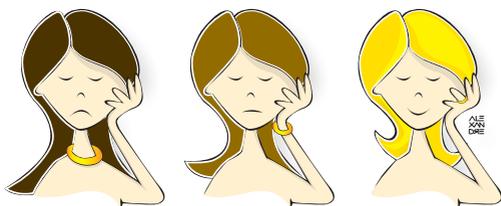
Café com grão-de-bico

12 Corumbataí do Sul

A terra do maracujá

16 Previdência

Dicas para a aposentadoria



18 Via Rápida

O Fósforo, a Simpatia, a Careca, as Rédeas e o Vício no trabalho

20 Cursos

Mulher Atual, JAA, Plantio Direto, Agrinho, Fruticultura e Posse

Código: sem

Em conversa com o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, em Brasília, na terça-feira passada, o deputado Reinhold Stephanes, fez a previsão: “A votação do Código não vai ocorrer esta semana”. Com sua experiência parlamentar e acompanhando de perto as difíceis negociações na Câmara Federal, Stephanes estava certo e não se pode descartar a possibilidade de ocorrer novos adiamentos. A princípio o encaminhamento da votação está marcado para esta terça-feira (10).

O deputado Aldo Rebelo, relator do projeto do novo Código, tem sido a figura mais assediada pela imprensa, pelo governo, deputados da Frente Agropecuária e ambientalistas. Ele não cansou de citar o exemplo das pequenas propriedade (no Paraná são 92% as áreas com até 72 hectares ou 4 módulos fiscais) serem isentas de reserva legal. “Um produtor que possua 7 hectares, perderá os 20% de reserva legal e se tiver um riacho outros 30 metros de mata ciliar. Não sobra nada, é melhor sair do campo e ir para a periferia das cidades”, disse ele. O governo defende que apenas agricultores familiares possam ser dispensados do reflorestamento.

O segundo motivo de atrito está no tratamento que será dado aos produtores que já ocupam Áreas de Preservação Permanente (APPs), como margens de rios, topos de morros e encostas. Rebelo considera que deve haver uma exceção para culturas que tradicionalmente usam essas terras e para comunidades ribeirinhas. Já o governo sugere que as regras atualmente vigentes para APPs sejam mantidas e os casos especiais sejam regulamentados por decreto presidencial. “O governo quer que por decreto se defi-

Impasse sobre APP e Reserva Legal provoca adiamento da votação

O segundo motivo de atrito está no tratamento que será dado aos produtores que já ocupam Áreas de Preservação Permanente (APPs), como margens de rios, topos de morros e encostas.

entendimento



Aldo Rebelo e lideranças numa das várias reuniões, em Brasília

Fotos: Fábio Rodrigues Pozzebon/Agência Brasil

na tudo e garante que todos os problemas podem ser resolvidos assim. Os agricultores têm uma insegurança e querem que os detalhes fiquem na lei”, disse o relator a jornalistas após a reunião que definiu o adiamento da votação.

O presidente da Câmara Federal, deputado Marco Maia afirmou que nos últimos dias o relatório sofreu várias alterações, e que o prazo de uma semana vai servir para que os parlamentares possam se inteirar do texto que será votado em plenário. “Há um entendimento que nós temos de caminhar para um acordo que possibilite a votação sem que lá na frente se tenha vetos.” Na opinião de Maia, é importante também o avanço na proteção do meio ambiente junto com a garantia da produção dos agricultores. Maia, na verdade tenta proteger a presidente Dilma Rousseff do desgaste que provocará vetos no texto que o Congresso venha a votar.

ENQUANTO ISSO

Na terra do Greenpace

“Não está em disputa um metro a mais ou a menos de proteção necessária ao solo e à água, e muito menos o percentual de RL na propriedade. Esse debate simplesmente inexistente nos Paramentos e na mídia dos países que para cá despacham suas ONGs. Área de Preservação Permanente e Reserva Legal são expressões inexistentes na Holanda do Greenpeace e nem a multinacional do ambientalismo tem reivindicação alguma de metragem para proteção de rios e florestas no país onde tem sua sede”.

(Aldo Rebelo)



O Código na hora do voto

Nesta semana o Congresso Nacional deve votar um novo Código Florestal. O atual foi editado em 1965, em pleno regime militar. O Brasil tinha menos 110 milhões de habitantes, a população rural ainda era maior do que a urbana, que se concentrava na franja atlântica. Nos últimos 15 anos, milhares de mudanças geradas no âmbito do Poder Executivo e introduzidas na legislação o transformaram numa espécie de Código Ambiental, desvinculado do Brasil real.

Boa parte dessas alterações resultou de pressão internacional, quando do anúncio de números do desmatamento da Amazônia elaborados no Ministério do Meio Ambiente. A maioria foi editada sem discussão com os legisladores, com a comunidade científica e muito menos com os principais atingidos: os agricultores. Preocupações legítimas com o desmatamento da Amazônia deram lugar a medidas de âmbito nacional, desconsiderando os biomas e a história de ocupação das terras.

Esses decretos, medidas provisórias e resoluções ambientais do Executivo colocaram na ilegalidade praticamente 100% dos pequenos e médios agricultores, geraram imensa insegurança jurídica e comprometeram a competitividade da agricultura. Isso obrigou a Presidência a editar e reeditar medidas provisórias para limitar os danos desse imbróglio jurídico. Já os instrumentos efetivos de gestão e ordenamento territorial, como o zoneamento ecológico-econômico, previstos na Constituição federal de 1989, nunca foram efetivados.

É surpreendente que o projeto do Código, disponível na internet desde 2010, parece não ter sido lido pela maioria de seus críticos. A situação ambiental é muito mais crítica nas cidades do que no campo. Graças à agricultura, o país tem uma das



Lineu Filho

A mídia social limita-se a um copy de chavões antirreforma do Código, sem nenhuma reflexão informada. Até o sr. Bono da banda U2 transmitiu recomendações sobre o Código Florestal à presidente Dilma.

matrizes energéticas mais limpas do mundo: 47,3% de fontes renováveis, ante uma média mundial de 18,6% e de 7,2% nos países ricos. A agricultura fornece 30,5% da energia do Brasil. A cana-de-açúcar hoje garante 18,3%, ultrapassando a contribuição das hidrelétricas (15,2%). As florestas energéticas (lenha e carvão) garantem 10,3%. A agricultura é mais uma solução do que um problema ambiental.

No final das contas, as leis são apoiadas pela sociedade - elas não controlam a sociedade. São dinâmicas, evoluem com ela. As estruturas legais têm de apoiar as estruturas sociais. Agora é a hora do voto.

* Texto editado de Rodrigo Lara Mesquita - O Estado de S.Paulo.

Os motivos a favor do novo Código Florestal

Cleveson Bege



1. A produção agrícola é responsável por mais da metade do PIB

Com a aprovação da reforma no código, manteremos a grande produção de alimentos no Brasil, aumentando os ganhos de produtividade na economia e mantendo a expansão do país no mercado externo.

2. A anistia livrará produtores rurais de multas e demais punições previstas pelo código atual

Caso o novo Código Florestal não seja votado até junho, entra em vigor o documento aprovado em 1998, que prevê multas de até R\$ 500 por dia, caso o agricultor esteja em terras consideradas de reserva legal. O problema é que muitos produtores, ou por falta de opção ou por incentivo do governo, ocuparam estas áreas e agora não podem adquirir crédito rural e estão correndo o risco de serem presos em função do não pagamento da multa.

3. A aprovação da reforma não provocará catástrofes ambientais

Ambientalistas usam o discurso de que a aprovação do código vai causar destruição do ecossistema, porém, geólogos desmentem o boato e explicam que as catástrofes ocorrem por uma série de fatores em conjunto, que não se agravariam necessariamente pelas mudanças propostas no código. Além disso, basta olhar o exemplo de países como Alemanha e Inglaterra que têm apenas 20% de sua flora original e, no entanto, não se ouve falar de nenhuma grande catástrofe que tenha assolado estes países.

4. A inflação baterá recordes impulsionada pela alta dos preços dos alimentos

O risco de inflação é grande, caso o código não seja aprovado já que os preços dos alimentos tendem a subir

em função da queda na produção. Vamos optar por transformar o Brasil numa grande reserva legal e esbarrar novamente no fantasma da inflação?

5. O Código vigente é ultrapassado

O Código Florestal vigente é de 1965. De lá para cá, o documento sofreu muitas mudanças, mas pouco alterou a legislação em si. Não dá para achar que uma lei retrógrada e antiga seja pertinente no Brasil de hoje.

6. Preço do transporte pode subir

O etanol é o carro-chefe da nossa economia. Com uma demanda acima do esperado, não temos condições de produzi-lo em larga escala. Caso o código não seja aprovado, a situação tende a piorar e sentiremos o aumento dos preços, já que isso interfere no preço dos transportes públicos, provoca reajustes nos preços dos fretes e encarece o preço final dos produtos.

7. Os agricultores apoiam a reforma

Os próprios agricultores fizeram um abaixo-assinado defendendo a revisão do Código Florestal. Trata-se de agricultores familiares e pequenos agricultores, que estão defendendo o seu pão de cada dia e merece ser ouvido.

8. O Brasil corre o risco de sofrer com o desabastecimento de alimentos

Sem terras suficientes para plantar, não é possível suprir a demanda e assim como houve no passado, o país pode sofrer com um grande desabastecimento alimentício. Isso pode trazer consequências graves desde a subnutrição à forte elevação nos preços dos produtos.

9. O principal prejudicado caso o código não seja aprovado será o pequeno produtor rural

Muita gente faz confusão com os termos e acaba condenando o pequeno produtor de forma equivocada. O produtor rural vive de seu pedaço de chão para plantar e abastece apenas a região em que mora e trabalha. Não acumula riquezas e precisa de uma legislação que o ampare para poder continuar sustentando a si próprio e ajudando a impulsionar a economia do país.

Fonte: Dicas do Campo

A nova classificação

Ação conjunta da FAEP e Ocepar evita perdas aos produtores

A estratégia estabelecida pela FAEP e Ocepar durante a consulta pública realizada no final de abril (28 e 29), na sede da Conab, em Brasília, para a definição da nova classificação oficial do milho evitou grandes perdas aos produtores paranaenses.

Num plenário de 43 componentes com direito a voto, a FAEP tinha 18 representantes e a Ocepar e Cooperativas 8. A comitiva do Paraná defendeu mudanças na classificação, mas dentro de níveis aceitáveis que não prejudicassem os produtores.

Em janeiro de 2010, foi publicada pelo Ministério da Agricultura (Mapa) a portaria nº 4, colocando em consulta pública o novo padrão do milho, cujo prazo de recebimento das sugestões venceu no último dia 5 de janeiro. A proposta apresentada pelo Mapa preocupou o setor produtivo, pois previa critérios muito rígidos, que poderiam excluir grande parte da produção de milho paranaense.

Estudos das cooperativas Coamo, Cocamar e Agrária estimavam que, se a proposta do governo federal fosse aprovada, poderia desenquadrar entre 30% e 75% da produção do Paraná, especialmente nas safras com mais chuva na colheita.

Segundo o produtor rural Getúlio Ferrari Junior, membro da Comissão de Cereais da FAEP, pelo Sindicato Rural de Campo Mourão, e que participou da comitiva paranaense, “foi graças a mobilização da FAEP que nós conseguimos um bom resultado. As novas normas, que vão entrar em vigor em



PARTICIPANTES

No total foram 43 participantes, sendo: 18 pela FAEP (Comissão de Cereais da FAEP), 8 representantes das cooperativas do Paraná e Ocepar (Cooperativas Integrada, Cocamar, C.Vale, Cotriguaçu, Coamo, Agrária e Castrolanda), empresas classificadoras, Mapa, Conab, Aprosoja, Ubabef (União Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos), Anec, ADM, Fecoagro-RS, Comigo, OCB, Famato e CNA.

Veja na tabela o resultado final da Consulta Pública. (Novo padrão deverá entrar em vigor a partir de julho de 2012)

MILHO: NOVO PADRÃO DE CLASSIFICAÇÃO RESULTADO DA CONSULTA PÚBLICA

Limites máximos de tolerâncias para o milho expressos em % do peso

Enquadramento	Grãos Avariados		Grãos Quebrados	Matérias Estranhas e Impurezas	Carunchados
	Ardidos	Total			
Tipo 1	1	6	3	1	2
Tipo 2	2	10	4	1,5	3
Tipo 3	3	15	5	2	4
Fora de tipo	5	20	Maior que 5	Maior que 2	8

do milho



Luiz Antônio Marinho

julho de 2012, atendem a indústria e o setor produtivo. Mas o governo precisa investir mais em pesquisa para melhorar a qualidade genética do milho. Só assim iremos alcançar os padrões de sementes utilizadas na Argentina e Paraguai. O resultado da consulta pública foi um progresso, um avanço e vai significar mais renda para o produtor, pois ele vai melhorar a qualidade final do seu produto.”

Agora, o novo padrão de classificação do produto deve entrar em vigor no dia 1º de julho de 2012, junto com o de trigo. A portaria será editada logo após análise do Depar-

tamento Jurídico do Mapa, o que é esperado para até o final do ano.

Pontos polêmicos

Foram definidas várias mudanças na classificação e o desmembramento do padrão de qualidade do milho pipoca e do milho destinado a outros usos.

- A consulta pública propunha limites considerados muito exigentes para se cumprir os parâmetros de qualidade, especialmente os limites máximos de defeitos dos grãos avariados e ardidos. Esses são fatores que não dependem tanto do produtor ou da armazenagem, mas sim dos fatores climáticos e da qualidade genética das sementes.
- Foi aprovado que os grãos mofados fossem separados dos ardidos na classificação. Para o milho Tipo 1 foi mantida a proposta do Paraná, de limite de 6% em grãos avariados totais.
- Também havia sugestão para uma amostragem menor que a prevista atualmente nas recomendações oficiais. Essa sugestão não foi aceita pela comitativa do Paraná e foi mantido o peso da amostragem atual. Amostras menores poderiam apresentar resultados não confiáveis.

A nova classificação atendeu as reivindicações do Paraná, pois enquadra a produção de milho e milho safrinha em um dos três tipos e isso é importante nas safras em que é necessário o apoio do governo na comercialização com instrumentos como o Prêmio de Escoamento da Produção (PEP) e nas Aquisições do Governo Federal (AGF). Por outro lado, a nova classificação é um grande avanço em relação a vigente e poderá ser utilizada como parâmetro nas exportações brasileiras do milho.



Arquivo

A CLASSIFICAÇÃO

A classificação define os parâmetros de qualidade e identidade (formato, coloração, consistência) que são obrigatórios aos produtores e cooperativas cumprirem para acessar a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) como AGF, EGF, PEP, a para as exportações e importações do cereal. Durante a reunião foram analisados 41 artigos da normativa e as tabelas com parâmetros de limites de tolerância de defeitos dos grãos.

O milho é classificado em três tipos: 1, 2 e 3, de acordo, principalmente, com o índice de grãos avariados (ardidos, chochos, imaturos, fermentados, germinados, gessados ou mofados). Também são considerados aqueles que estão carunchados, quebrados, com matérias estranhas ou impurezas, entre outros itens. O tipo 1 é o que apresenta a menor quantidade de grãos com defeitos. O milho pode ser ainda classificado como Fora de Tipo ou Desclassificado.

As sugestões da FAEP para solucionar a crise do arroz

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou aos ministros da Agricultura, Desenvolvimento Agrário, da Fazenda, ao governador do Estado, à bancada federal do Paraná, e às secretarias de Agricultura e Fazenda, ofício solicitando ações para reduzir o impacto da crise em que vivem hoje os pequenos produtores de arroz. A colheita está praticamente concluída, mas há falta de mercado comprador e os preços estão defasados em relação ao preço mínimo e ao custo de produção. Isso tem provocado grande apreensão entre os pequenos produtores no exato momento em que os compromissos financeiros começam a vencer em bancos e cooperativas.

Em 2010 os produtores recebiam nesse período entre R\$0,56 a R\$0,66 por quilo. Os preços atuais variam de R\$ 0,38 a R\$ 0,41 por quilo, inferiores em 25% ao preço mínimo de R\$ 0,51 por quilo para o arroz em casca longo fino, estabelecido na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Esse valor está desatualizado e é menor que o custo de produção para o arroz no Paraná,

Entre elas a suspensão das importações dos países do Mercosul



Lineu Filho

estimado pela Conab em R\$ 0,57 por quilo.

A falta de mercado para o produto paranaense é ocasionada principalmente pelas importações de países do Mercosul, onde os produtores pagam menos tributos na aquisição de insumos e nas máquinas agrícolas. Portanto, há vantagens competitivas no custo de produção, o que torna necessário o apoio imediato do governo federal.

AS SUGESTÕES

A FAEP sugeriu os seguintes mecanismos para superar essa crise com a comercialização do arroz paranaense:

- Readequação imediata do preço mínimo em relação ao custo de produção de R\$ 34,40 para a saca de 60 quilos, calculado pela Conab para o Paraná;
- Criação de um novo mecanismo de apoio à comercialização e liberação de recursos para pagamento direto ao orizicultor, da diferença entre o preço mínimo estipulado e o de mercado, em até 100% da produção individual;
- Apoio à comercialização de 100 mil toneladas no Paraná nas modalidades de Aquisição do Governo Federal (AGF) e Contratos de Opção, com novo preço mínimo;
- Aprovação para operações de Empréstimos do Governo Federal (EGF);
- Aumento para R\$ 20 mil no limite do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual está operando com apenas R\$ 4.500,00 por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ao ano;
- Suspensão das importações de arroz de países do Mercosul, enquanto não for comercializada 80% da safra;
- Ao governador Beto Richa foi solicitado que a secretaria da Fazenda do Estado presuma crédito de 6% nas vendas internas e 11% nas vendas interestaduais dos cerealistas quando eles adquirirem, mediante comprovação do CADPRO, arroz produzido no Paraná. Hoje a carga tributária de 7% de ICMS prejudica a cadeia produtiva do arroz.

Aftosa: lançada campanha de vacinação

E governo anuncia nomeação de 550 fiscais agropecuários

No dia 31 de abril o governo estadual lançou, na Colônia de Witmarsum, em Palmeira a campanha de vacinação contra a febre aftosa. Os produtores rurais têm até o dia 31 de maio para vacinar bovinos e bubalinos, com 0 a 24 meses de idade.

O secretário da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab), Norberto Ortigara, informou que nos próximos dias serão enviados à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná três projetos de lei. Um deles cria a Agência de Defesa Agropecuária; outro cria a carreira de fiscal agropecuário e um terceiro propõe a solução para uma pendência do fundo garantidor, para pagar indenizações em casos de abates sanitários.

Para cumprir os compromissos junto ao setor produtivo, o governo vai nomear 550 fiscais agropecuários, todos servidores efetivos aprovados em concurso público. A secretaria também vai adequar as 31 barreiras interestaduais atuais para controlar a fiscalização da movimentação de animais.

Parceira da Seab em todas as campanhas de vacinação, a FAEP, tem investido no desenvolvimento dos aspectos sanitários. “Notamos uma melhoria na assistência prestada pelo atual governo ao setor. Há a compreensão de que obter o reconhecimento do rebanho livre da aftosa sem vacinação reforça a idoneidade sanitária e a segurança do produto paranaense, o que se reflete como dinheiro no bolso do produtor e na economia paranaense”, avaliou João Luiz Biscaia, diretor financeiro da FAEP.

Ortigara reiterou o compromisso do governo em atuar com competência e efetividade na defe-



AEN

sa sanitária do Estado. “Estamos fazendo a nossa parte. E o produtor, pequeno ou grande, deve ser consciente da importância de fazer a dele, para que o Paraná obtenha essa conquista”, disse ele.

Multa

Com a campanha, a estimativa é a de que 4,3 milhões de animais sejam vacinados num rebanho total de 9,2 milhões de cabeças. Além da vacinação, é exigida também a comprovação do rebanho junto à Seab para a atualização do cadastro do produtor. A lei impõe uma multa de R\$ 96,09 por animal não vacinado. Quem não vacinar e não comprovar os animais que tem na propriedade, fica impedido de retirar a Guia de Trânsito Animal (GTA), documento emitido pelo Departamento de Fiscalização e Sanidade Agropecuária (Defis), que permite a venda ou transferência do rebanho. “O pecuarista quer ampliar o seu mercado, vender seu produto para todos os países. E o mundo faz restrições a países que ainda manifestam a doença, o que resulta em perda de preço e oportunidades”, avaliou Marcos Epp, dono da propriedade em que a campanha foi lançada.

A lei impõe uma multa de R\$ 96,09 por animal não vacinado. Quem não vacinar e não comprovar os animais que tem na propriedade, fica impedido de retirar a Guia de Trânsito Animal (GTA).

“Campo Futuro”

Projeto revela nova ferramenta de gestão da propriedade

A fim de capacitar o produtor rural a gerar informações sobre sua atividade para gerenciar os riscos de preços, de custos e de produção, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), em parceria com a FAEP e Sindicato dos Produtores Rurais de Cornélio Procópio, lançou no final de abril, o projeto “Campo Futuro” aos produtores de laranja de Cornélio e região. Pioneiro no Paraná, o projeto, além de contribuir para uma melhor gestão da propriedade, disponibilizará aos produtores uma ferramenta importante para o processo de decisão em sua atividade.

Segundo Eduardo Costa, assessor técnico da CNA, o primeiro contato com os produtores foi para coletar informações relacionadas a custo de produção de laranja. “A ideia é que esses dados alimentem um software desenvolvido exclusivamente para o projeto, chegando a valores de custo/produção por caixa de laranja”, explicou. Essa etapa será feita em conjunto com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), através de seu Centro de Inteligências em Mercados (CIM).

Propriedade “modal”

“Os dados coletados são relativos ao custo de produção das propriedades típicas da região. Com isso, vamos chegar ao indicador de custo por hectare e por caixa. Estes custos vão nortear as políticas públicas nacionais, estaduais e municipais, utilizadas para discutir preço mínimo, endividamento, diversas maneiras de fomentar a



SR de Cornélio Procópio

Fabrizio Andrade,
coordenador
de projetos do
CIM/ UFLA

produção e o custo de produção”, ressaltou Fabrizio Andrade, coordenador de projetos do CIM/ UFLA.

A planilha de custos e preços por caixa, elaborada inicialmente com as informações coletadas com os produtores, será atualizada mensalmente e disponibilizada trimestralmente aos sindicatos rurais, mostrando a oscilação dos valores do produto final para comercialização.

O projeto define uma propriedade típica da região, chamada “propriedade modal”, ou seja, aquela que possui uma produção maior por hectare, e faz um levantamento de todos os tipos de custos de sua produção, para então definir o preço da caixa de laranja. “Isto nada mais é do que fornecer ao produtor uma ferramenta de gestão da propriedade. Temos percebido que os produtores não têm encarado a propriedade como uma empresa, isto justifica a falta de empreendedorismo no campo e de sucesso do produto final”, reforçou Andrade.

* Com informações da Assessoria de Comunicação do Sindicato Rural de Cornélio Procópio/ Laiz Auriglietti.

O projeto, além de contribuir para uma melhor gestão da propriedade, disponibilizará aos produtores uma ferramenta importante para o processo de decisão em sua atividade.

Cuba: em vez de café no bule, “café de bico”

Na “caderneta de racionamento” o café é “engordado” por grão de bico

Em vez de cartão de crédito, os cubanos tem sempre às mãos a caderneta “Controle de Vendas para Produtos Alimentícios”, espécie de bíblia do governo sobre o racionamento de comida, artigos de limpeza e outros. Desde a semana passada, a população de Cuba foi avisada que o café constante no livrinho voltaria a ser misturado com grão-de-bico, além de ter sido eliminada as cotas destinada a crianças de 0 a 6 anos. Essa mistura vigorou até 2005.

A culpa, segundo o ministério de Comércio Interior da ilha são os preços internacionais e a baixa produção nacional. “O café aumentou 69% no mercado internacional e o grão-de-bico 30%”, explicou o ministério. A safra 2009-2010 de café na ilha foi de apenas 6.000 toneladas e o governo foi obrigado a gastar (anualmente) US\$ 50 milhões para importar 18 mil toneladas. Durante a Assembleia Nacional do Partido Comunista cubano, o presidente Raul Castro, irmão de Fidel, disse que seu governo não poderia “se dar ao luxo” de gastar esse dinheiro com a importação de café.

O governo cubano, dominado por Fidel desde janeiro de 1959 até julho 2006, quando passou a presidência ao irmão Raul Castro, instalou a cartilha de racionamento em 1962. Ela é distribuída aos 11,2 milhões de habitantes da ilha fixando o consumo “per capita” de produtos básicos como feijão, açúcar, frango, peixe, ovos, azeite, pão e arroz. Talvez por isso o jornal oficial do PC cubano, Granma, seja uma raridade no mundo: não possui seção de economia.



Fotos: Divulgação



Caderneta cubana de racionamento de alimentos

REVOLUÇÃO COMUNISTA

De ditadura em ditadura

Não tem sido fácil a vida dos cubanos. De 1934 a 1959 viveu sob a ditadura de Fulgêncio Batista. Em 1º de janeiro de 1959, depois de três anos de guerrilha, Fidel Castro e Che Guevara instalaram a revolução comunista e desde então os Estados Unidos estabeleceram o bloqueio econômico da ilha. Até a queda do muro de Berlim, em 1989, a União Soviética sustentava a economia (US\$ 6 bilhões anuais). O país tem bons índices na educação, saúde e eliminou o analfabetismo. Mas não diversificou sua economia, não há industrialização e as exportações são basicamente de açúcar e fumo. E liberdade, nem pensar. Segundo Fidel Castro: “A imprensa tem a missão primordial de defender a revolução. Defender a revolução é defender o socialismo”. Leia-se: comunismo.

Perfume de m

Por Katia Santos

Uma geada forte seguida de chuva de granizo em 1998 selou o destino vitorioso dos produtores rurais de Corumbataí do Sul, 4.000 habitantes (IBGE 2010). O que seria um desastre natural se transformou em uma janela para desenvolvimento, geração de renda e sucesso. Eles incorporaram o maracujá na economia local. Com apoio do SENAR-PR, FAEP, Sindicato Rural, Prefeitura de Corumbataí do Sul, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e num segundo momento, Universidade Sem Fronteiras, os agricultores criaram a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Corumbataí do Sul (Coaprocor), em 2009. Assim, eles passaram a vender o maracujá “in natura” em Curitiba, Maringá, São Paulo e estão iniciando a venda para grandes grupos de supermercados.

Nada se perde do maracujá, porque a empresa Natura desenhou um novo mercado da fruta produzido em pequenas propriedades do município. Presente em sete países com seus cosméticos, a Natura tornou-se receptora do óleo extraído das sementes de maracujá. A vantagem, assim, está na produção coletiva e comercialização em bloco

“A sorte é que na época da geada e do granizo estávamos reunidos em um curso de gestão empresarial oferecido pelo governo do Estado. Ali conseguimos enxergar que a solução era a união”, conta o presidente da Coaprocor, Gerson Rodrigues da Cruz.

O técnico da Emater, Eduardo Agostinho, apresentou o maracujá como alternativa de cultivo possibilitando um retorno



financeiro rápido com baixo custo de implantação. “Só que a gente não sabia como plantar maracujá. Foi aí que buscamos ajuda do SENAR-PR para nos orientar nesta nova atividade”, revela Cruz.

A Associação dos Moradores e Agricultores de Corumbataí do Sul (Amacor) foi reativada, mas era necessário saber mais sobre administração rural, associativismo e informações técnicas sobre produção de frutas, melhoramento do plantio do café e diversificação. “O SENAR-PR entrou com

aracujá

Gerson Rodrigues da Cruz, presidente da Coaprocor



SR de Corumbataí do Sul

A fruta que mudou a vida dos produtores de Corumbataí do Sul

Fruticultura Básica, Tratorista, Casa em Ordem, De Olho na Qualidade, Empreendedor Rural (três turmas), Doma Racional, Jardinagem, Turismo Rural, Jovem Agricultor Aprendiz e Mulher Atual.

O Sindicato Rural de Campo Mourão viabilizou visitas técnicas dos agricultores a outras cooperativas e a eventos como Show Rural. “Nosso papel é o de apoio e promoção do desenvolvimento do agricultor. Além das viagens também intermediamos a doação de uma despoldadeira pela Seab-PR”, informa o presidente do sindicato, Nelson Teodoro de Oliveira.

Ajuda dos Universitários

Em 2007 os produtores rurais de Corumbataí ganharam o reforço dos universitários. Por meio do professor João Carlos Leonello da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam), que já era professor de alguns dos diretores da Aprocor, escreveu um projeto de assistência técnica para a agricultura familiar. Assim eles conseguiram recursos para contratação, por um prazo de 12 meses, de duas engenheiras-agrônomas que orientaram os agricultores na melhoria da produção e na diversificação. Além de três estagiários das áreas de administração e economia, que auxiliaram o grupo na formatação da cooperativa criada em 2009.

Em 2008 o professor Leonello escreveu outro projeto, desta vez de Extensão Tecnológica Empresarial. Com este trabalho foi viabilizada a contratação, por um período de 18 meses, de um engenheiro-agrônomo, uma engenheiro de produção agroindustrial e outros três estagiários.

tudo e foi fundamental”, afirma Cruz.

A engenheira-agrônoma do Departamento Técnico e Econômico da FAEP, Elisangeles Souza acompanhou o processo com assessoria técnica trabalhando temas como rastreabilidade, embalagens, classificação e rotulagem e comercialização. “Estes produtores têm um diferencial muito importante: a cada ano eles recebiam as informações e as transformavam em ações práticas”, lembra.

O SENAR-PR

Entre 1996 a 2011, o SENAR-PR realizou 105 cursos de formação técnica e promoção social como: Trabalhador em



SR de Corumbataí do Sul

De camisa amarela João Carlos Leonello, professor da Fecilcam

“O diferencial deste grupo é a organização. Eles entenderam que precisam conquistar um mercado que garanta a comercialização”, afirma Leonello.

Edição especial

Há cinco anos entrou no cenário da pequena Corumbataí do Sul a empresa Natura Cosméticos. “Hoje a Natura desenvolve com a gente um programa de extrativismo do subproduto do maracujá, que é o óleo extraído da semente. O mesmo caminhão que leva o maracujá para a indústria traz

a semente que vendemos para a Natura. Assim conseguimos agregar valor ao nosso produto e renda ao produtor”, explica o presidente da cooperativa.

A Natura lançou uma edição especial de sabonetes da linha Ekos onde é feita uma referência a Aprocor e ao município de Corumbataí do Sul. “Nossa intenção é valorizar as pessoas que estão por traz do processo de produção. Queremos aproximar mais o consumidor destas pessoas que cultivam as matérias primas”, comenta o gerente de Relacionamento com Comunidades, Sergio Talocchi, da Natura.

CRESCER 70%

Hoje a cooperativa reúne 430 produtores de 14 municípios - Corumbataí do Sul, Barbosa Ferraz, Iretama, Nova Tebas, Godoy Moreira, Arapuã, Campo Mourão, Reserva, Quinta do Sol, Roncador, Jardim Alegre, Prudentópolis e São João do Ivaí. A produção em 2010 foi de 813 toneladas para a indústria e 600 toneladas do produto in natura para o mercado, totalizando 1,3 milhão de toneladas. A estimativa de crescimento para 2011 é de produção de 200 toneladas.

De acordo com o Gerson Cruz o plantio de maracujá tem condições de crescer pelo menos 70%. Hoje a Coaprocor mantém dois galpões de recebimento de frutos (maracujá, caqui, laranja, uva, figo e ponkan), um em Corumbataí e outro em Godoy Moreira. No município sede além do galpão já está em funcionamento uma unidade de produção de suco de maracujá e uva. Outra unidade agroindustrial está em construção, além do processamento de polpa serão produzidas mudas buscando o aprimoramento da planta. Todas as três unidades - duas em Corumbataí do Sul e uma em Godoy Moreira estão instaladas em terrenos cedidos pelas prefeituras em regime de comodato.



Divulgação

Formação de facilitadores do empreendedor rural

Uma parceria envolvendo o SENAR-PR e o SENAR dos Estados de Sergipe, Rio de Janeiro e Santa Catarina está viabilizando a formação de um grupo de 14 facilitadores para o Programa Empreendedor Rural (PER). O treinamento com 164 horas, divididas em três módulos, acontece em Curitiba. O conteúdo utilizado é dividido em três linhas de trabalho: Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento do Projeto e Conteúdos Variados.

Os multiplicadores do curso Luiz Antonio Tiradentes e Gumercindo Fernandes fazem parte de um grupo seletivo de seis multiplicadores no Brasil. Eles foram treinados em 2003, pelos autores do programa quando o PER foi criado pelo SENAR-PR. O curso utiliza uma metodologia diferenciada com duas abordagens diferentes: a Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire e a Aprendizagem Vivencial, de David Kolb.

“Nosso desafio é habilitar estes profissionais a dominar uma ferramenta de abordagem, que ajude os participantes do PER a buscarem seu desenvolvimento e sua autonomia. Organizando o pensamento e as informações para promoverem o diagnóstico, projeto e o desenvolvimento em suas propriedades”, explica Tiradentes.

De acordo com Tiradentes um facilitador não dá respostas diretas a um questionamento feito por um participante do PER “seu trabalho é provocar e promover a habilidade da reflexão e análise para que o produtor rural encontre opções para suas questões”.

AVALIAÇÃO

Gumercindo Fernandes fala do compromisso de formar profissionais de qualidade compatíveis com o alto padrão que o programa exige. “Além da ferramenta metodológica que temos para capacitar os facilitadores a transmitir este conteúdo



Fernando Santos

Profissionais do SENAR-PR treinam facilitadores de outros Estados

para os produtores rurais, temos também uma avaliação somativa dos três módulos”, diz. No total são 10 itens avaliados e Fernandes destaca quatro: relacionamento, comunicação, postura e o entendimento do papel do facilitador. “O facilitador atua junto ao participante de forma bem diferente ao de um instrutor, que precisa repassar um conteúdo preciso e técnico. O facilitador precisa levar o participante a ter suas próprias conclusões”, finaliza.

Amarildo Minela, da cidade de Maravilha, Santa Catarina, já é instrutor do SENAR-SC e do Sebrae há dois anos e considera este curso uma grande oportunidade. “Eu conhecia superficialmente o material do PER, com o aprofundamento do treinamento estou vendo quanto a metodologia e o conteúdo são ricos. Estamos no primeiro módulo, mas tenho a noção clara que esta é uma grande oportunidade tanto de crescimento profissional como pessoal”, afirma.

Henrique Reckziegel, de Ampére, da região Sudoeste do Estado, também já é instrutor do SENAR-PR na área de gestão. “Minha expectativa em relação ao PER é muito grande. Já trabalho na área de planejamento agrícola e tenho a certeza que este curso vai contribuir para aprimorar meus conhecimentos”, diz.

Os próximos módulos acontecerão em Curitiba. O segundo de 22 a 28 de maio e o último de 26 de junho a 2 de julho.

Os caminhos para

O consultor de Previdência Social da FAEP, João Cândido de Oliveira Neto, aborda nessa entrevista várias questões sobre a Previdência Social, principalmente a aposentadoria do produtor rural

Cleverson Bege



Por que as pessoas não conseguem se aposentar?

Isso ocorre quando não é possível apresentar a documentação exigida pelo INSS no exercício de atividade na forma exigida pela legislação previdenciária. No caso do segmento produtivo rural, em se tratando de produtor rural, existem duas situações:

- a) Uma é comprovar que exerce atividade agropecuária sem empregados, em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a quatro módulos fiscais.
- b) A outra é, sendo produtor rural, e empregando mão de obra assalariada permanentemente, estar recolhendo as contribuições regularmente como faz o empregador da indústria, do comércio etc. Esta contribuição deve ser feita mensalmente. Não deve ser confundida com aquela recolhida ou retida pelo adquirente do produto agropecuário e incidente sobre o Valor Bruto da Produção (VBP) comercializada. Esta substitui à incidente sobre a folha de salários dos empregados.

O que é preciso para se aposentar?

No caso do produtor em regime de economia familiar recolhendo a contribuição de 2,5%, que normalmente deve ser retida pelo adquirente do produto. A aposentadoria é no valor de um

salário mínimo aos 60 anos ao homem e 55 para a mulher.

Já o empregador rural deve comprovar a contribuição mensal, na condição de contribuinte individual, por no mínimo 15 anos para se aposentar por idade aos 65 anos o homem e 60 anos a mulher. Ou por tempo de contribuição, deverá comprovar 35 e 30 anos de recolhimento. É bom esclarecer que no caso da mulher do produtor rural empregador, se não exerce outra atividade, a não ser no lar, poderá ter acesso aos benefícios do INSS, recolhendo também contribuição mensal-individual na condição de dona de casa.

Qual o maior erro que os produtores rurais cometem com relação à aposentadoria?

O maior erro maior dos produtores rurais é não se organizarem com documentação adequada para a necessidade de um benefício, principalmente o auxílio doença e a pensão.

No caso do produtor rural, em regime de economia familiar, sem empregados, recomendado fazer sua inscrição dirigindo-se ao Sindicato Rural ou a Agência do INSS. A partir desta inscrição na condição de Segurado Especial, poderá se habilitar com maior facilidade aos benefícios.

Os Sindicatos no Paraná, pertencentes ao sistema FAEP, estão aptos a fornecer informações sobre as questões de aposentadoria dos produtores. Em caso de dúvidas, procure o seu.

a aposentadoria



Fernando Santos

O produtor rural empregador erra quando também não formaliza sua inscrição no INSS na condição de contribuinte individual. Isto significa que ao necessitar de um auxílio ou aposentadoria terá seu pedido indeferido por falta de contribuição. Lembro que a contribuição feita quando da venda do produto agropecuário (que muitos ainda a chamam de Funrural), não substitui a contribuição mensal para o produtor-empregador rural, seja ele pessoa física ou jurídica.

Há alguma alteração recente na legislação que é importante o produtor rural ficar sabendo?

Uma alteração não tão recente, mas que modificou radicalmente o enquadramento previdenciário do empregador rural, foi na lei nº 11.718, de 20 de junho 2008. Ela tem passado despercebida, principalmente pelo produtor rural que não utiliza empregados permanentes. A alteração conceitua como empregador todos os proprietários rurais que possuam área de terra maior do que quatro módulos fiscais, mesmo não tendo empregados.

Isto significa que um determinado produtor, embora em regime de economia familiar, mas com sua propriedade rural localizada em determinado município, poderá ter enquadramento

como empregador rural, enquanto outro produtor rural, utilizando empregados, pode ser classificado como Segurado Especial.

Acrescente-se que o módulo fiscal está sendo obtido pela área total do imóvel, não sendo excluídas as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal. Isto significa que o produtor rural, proprietário de área superior a quatro módulos fiscais, mas com área aproveitável inferior a este número, está sendo prejudicado. Isso ocorre porque o INSS exigirá recolhimento obrigatório de contribuição como se fosse de fato empregador, embora a atividade na propriedade seja exercida apenas com os familiares. Assim, o INSS quando receber um pedido de benefício de um produtor identificará que o Incra estabeleceu para a sua propriedade área superior a quatro módulos fiscais. E não procederá ao enquadramento como Segurado Especial, com direito à aposentadoria do produtor e de sua mulher aos 60 e 55 anos, respectivamente, obrigando-o a recolher contribuição mensal como se fosse empregador. Caso contrário, embora recolhendo contribuição quando comercializa sua produção, não obterá o direito aos benefícios do INSS.

Mas isso não se sobrepõe à própria Constituição?

Sim, vemos que a lei extrapolou inclusive o princípio constitucional do que se define como empregador, ou seja, aquele que mantém empregados de forma permanente. A utilização ou não de empregados pode ocorrer na pequena e média propriedade, dependendo do tipo de atividade que ali é desenvolvida.

Eu recomendo que procedam ações junto as autoridades do poder Executivo e principalmente do poder Legislativo, para que se passe a considerar empregador rural apenas quem emprega permanentemente, como se referia a legislação anterior.

O módulo fiscal é definido como uma unidade de medida expressa em hectares e fixada para cada município, tendo como finalidade determinar a classificação dos imóveis rurais, em minifúndio, média e grande propriedade.

Foi-se o tempo

Hoje, com certeza, a revista e o jornal (abaixo) seriam queimados, pisoteados, rasgados, estrebuchados em praça pública com essas opiniões:

- O noivado longo é um perigo. (Revista Querida, 1953);
- É fundamental manter sempre a aparência impecável diante do marido. (Jornal das Moças, 1957);
- Lugar de mulher é no lar; o trabalho fora de casa masculiniza (Revista Querida, 1955).

Fósforo

O fósforo não é a cabeça do palito, mas a superfície áspera da caixa. Ela contém fósforo vermelho (uma das mais seguras maneiras de se usar o fósforo), sulfeto de antimônio (Sb_2S_3), trióxido de ferro (Fe_2O_3) e goma arábica (cola). O palito é o clorato de potássio ($KClO_3$) e não como muitas pessoas pensam que é a pólvora.



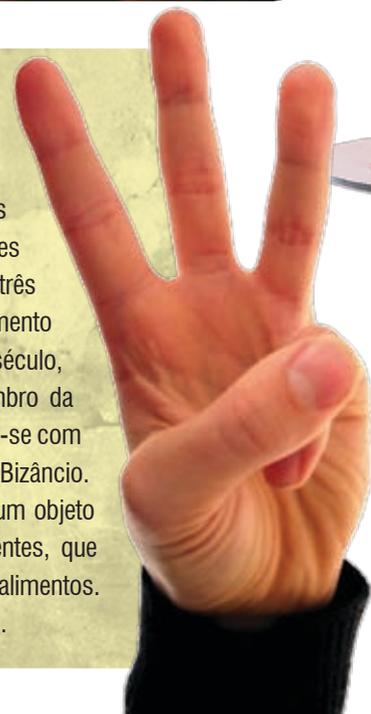
Simpatia para sucesso profissional

Material: 1 saquinho de tecido dourado; 1 pedaço de papel branco; 1 lápis; 3 imãs; 3 cravos-da-índia; moedas douradas de valor corrente e 1 vareta de incenso de acácia.

Modo de fazer: Escreva seu nome e data de nascimento no papel branco. Coloque-o junto aos ingredientes no saquinho dourado e feche-o. Passe esse amuleto sobre a fumaça do incenso e faça os pedidos. Se forem realizados, jogue num jardim. Se não, livre-se dos receios, vá à mesa do chefe e peça aumento. Se ele não der, faça uma mandinga contra ele.

Três dedos

Até o século XI, quase todo mundo comia com as mãos. Os mais educados eram aqueles que usavam apenas três dedos para levar o alimento à boca. Naquele século, Domenico Salvo, membro da corte de Veneza, casou-se com a princesa Teodora, de Bizâncio. Ela trouxe no enxoval um objeto pontudo, com dois dentes, que usava para espetar os alimentos. Surgiu o primeiro garfo.



Esqueça!

Se você anda pensando em ser um grande compositor, esqueça.

- Schuman enlouqueceu;
- Tchaikowsky morreu de cólera;
- Bach e Handel cegaram e Beethoven ficou surdo.

BEM NA FOTO



Vida boa!





Presente de grego

Os tradicionais bolos de aniversário surgiram

na civilização grega, quando os adoradores da deusa da fertilidade,

Ártemis, passaram a oferecer em seu templo um preparado de mel e pão, no formato de uma lua.

Que graça....

NA ANTIGUIDADE, os egípcios pintavam os lábios e as unhas, punham carmim no rosto e óleo nas pálpebras. Quando se tornavam calvos, esfregavam a cabeça com cinza e óleo, pedindo ao deus Osíris que o cabelo voltasse. Como remédio, usavam sangue de lagarto, orelha de porco, miolos de tartaruga e piolho. Em vez de apelos a Osíris, hoje, há quem use mel na careca e titica de galinha no céu da boca para tentar o impossível. Dizem que funciona.

Aliança e sua origem



ANTIGAMENTE, para conquistar uma mulher, era necessário capturá-la. Conquistada, ela passava a usar uma argola no pescoço, que constituía sinal de submissão ao marido. Com os tempos, passou a ser conduzida no pulso. Finalmente, em forma de anel, é hoje usada no dedo anular esquerdo. A antiga argola foi substituída atualmente por rédeas, mas no pescoço do marido.

Viciado em trabalho

- Um Viciado em Trabalho não tem quarto tem escritório! – Um Viciado em Trabalho não tem amigos tem contatos!
- Um Viciado em Trabalho não tem vida tem carreira! – Um Viciado em Trabalho não tem sonhos tem projetos!
- Um Viciado em Trabalho não tem encontros tem reuniões! – Um Viciado em Trabalho não toma cerveja..... toma decisões!
- Um Viciado em Trabalho não navega na Internet... faz pesquisas! – Um Viciado em Trabalho não tem domingo Tem hora-extra!
- Por último, fique tranquilo: Um Viciado em Trabalho não fica lendo tudo isso. Ele trabalha!



Castrolanda



Mulher Atual

As 21 participantes do curso Mulher Atual de Castrolanda tiveram um encontro diferente no último dia 20 de abril. Sob a coordenação da instrutora Cléri Josane de Meo, elas participaram de um café da manhã num hotel de Castro na companhia do vice-presidente do Sindicato Rural de Castro, Eduardo Gomes, do tesoureiro do sindicato, João Galvão Prestes e do presidente da Cooperativa Castrolanda, Frans Borg. Eles explicaram detalhes sobre o funcionamento do Sistema FAEP, dos sindicatos rurais e sobre o sistema de cooperativismo. No mesmo dia, uma enfermeira da prefeitura aferiu a pressão arterial e a glicemia das participantes, que receberam uma carteirinha para controle pessoal da saúde. Elas também participaram de uma aula de pilates e receberam massagem corporal.

Guarapuava



Bovinocultura de leite

Encerrou no dia 20 de abril o curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite – Manejo de Gado de Leite, realizado em Guarapuava através da parceria entre sindicato rural do município e o SENAR-PR. Com dois dias de duração, o curso abordou todos os cuidados com o animal desde antes do parto até a forma correta para transportar o leite. A turma, composta por 14 produtores rurais e estudantes da área, foi conduzida pelo instrutor Itamar Cousseau.

Palotina



Panificação

Produtoras rurais da comunidade de São Camilo, em Palotina, participaram, nos dias 13 e 14 de abril, de um curso de panificação realizado pelo SENAR-PR através do Sindicato Rural de Palotina, em parceria com a cooperativa C.Vale. As 15 alunas foram orientadas pela instrutora Silvia Lucia Neves.

Marechal Cândido Rondon



Plantio Direto

Produtores rurais do município de Marechal Cândido Rondon participaram, nos dias 19 e 20 de abril, do curso Trabalhador no Sistema de Plantio Direto, realizado na Estação Experimental da Copagril. A capacitação abordou, de forma atualizada, temas como manejo de solo em sistema de produção; construção e fertilidade do solo; análise econômica do sistema; planejamento de rotação de culturas, entre outros. Na avaliação do instrutor que conduziu a turma, Vanderley de Oliveira, o plantio direto é “sem dúvida o sistema produtivo sustentável e ambientalmente correto, representando a sustentabilidade da agropecuária do futuro e a base para o aumento da rentabilidade”.

Campo Mourão



Treinamento para o Agrinho

A regional do SENAR-PR de Campo Mourão realizou no dia 20 de abril, no Teatro Municipal de Campo Mourão, um treinamento do programa Agrinho para 480 professores e profissionais da educação do município. Inédito em Campo Mourão, o treinamento foi conduzido pela instrutora do programa Nelcy Carneiro e pela técnica do SENAR-PR Josimeri Grein. Elas repassaram as coordenadas do programa, sanaram as dúvidas e deram dicas aos professores. Os resultados do treinamento estão sendo vistos. Na semana após o curso já aconteceram alguns agendamentos de bonecos nas escolas, solicitação de materiais e busca de informações. De acordo com o supervisor do SENAR, Josiel do Nascimento, o objetivo de despertar e elevar os ânimos dos profissionais envolvidos com o Programa Agrinho foi alcançado.

Imbituva



Fruticultura

O Sindicato Rural de Imbituva e o SENAR-PR realizaram, no final de março, um evento sobre “Fruticultura Básica de Clima Temperado – Morangueiro” para agricultores da região. Sob a orientação do instrutor Marcello Sozim, os participantes trocaram experiências técnicas em sala de aula e visitaram uma plantação de morangos para reforçar os conteúdos vistos em sala de aula.

Francisco Beltrão



JAA

Alunos do curso Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), de Francisco Beltrão, visitaram no dia 7 de abril a propriedade de um aluno do curso que trabalha com a criação de bicho-da-seda. A visita técnica foi orientada pela instrutora do SENAR-PR Nágila Lavorati.

POSSES

Pitanga



Jornal Paraná Centro

Tomou posse no dia 29 de abril a diretoria do Sindicato Rural de Pitanga para o triênio 2011/2014. Foram empossados Luiz Carlos Zampier, como presidente; João Marco Nicaretta e Anselmo Coutinho Machado, vice-presidentes; José Luiz Nervis e Luiz Carlos Petrechen Filho, secretários e Mauro Antonio Teixeira e Cladirio Luiz Zanetti como tesoureiros. A solenidade de posse teve a presença de diversas autoridades de Pitanga e dos municípios onde o sindicato tem extensão de base. O diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, deu posse à nova diretoria. O ex-presidente do sindicato Cleuze Araújo, que se afastou do cargo por motivos de saúde, também esteve presente desejando sucesso à nova gestão.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado do Paraná - **CONSECANA-PARANÁ**

RESOLUÇÃO Nº 02 - SAFRA 2011/2012

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 28 de abril de 2011 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em abril de 2011 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2011/2012, que passam a vigorar a partir de 1º de maio de 2011.

Os preços médios do quilo do ATR, por produto, obtidos no mês de abril de 2011 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM ABRIL/2011 | SAFRA 2011/2012 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,61%	52,48	0,61%	52,48
AME	39,77%	45,08	39,77%	45,08
AEAd - ME	0,00%	0,00	0,00%	-
AEAd - MI	18,39%	2.297,60	18,39%	2.297,60
AEAof	0,00%	0,00	0,00%	0,00
AEHd - ME	0,00%	-	0,00%	-
AEHd - MI	28,10%	1.420,02	28,10%	1.420,02
AEHof	13,13%	1.283,27	13,13%	1.283,27

Obs: 1) AEAd - ME+MI+of 18,39% 2.297,60 18,39% 2.297,60
 AEHd - ME+MI+of 41,23% 1.376,48 41,23% 1.376,48

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,61%	0,5951	0,61%	0,5951
AME	39,77%	0,5132	39,77%	0,5132
AEAd - ME	0,00%	0,0000	0,00%	-
AEAd - MI	18,39%	0,8083	18,39%	0,8083
AEAof	0,00%	0,0000	0,00%	0,0000
AEHd - ME	0,00%	-	0,00%	-
AEHd - MI	28,10%	0,5214	28,10%	0,5214
AEHof	13,13%	0,4712	13,13%	0,4712
Média		0,5648		0,5648

Obs: 1) AEAd - ME+MI+of 18,39% 0,8083 18,39% 0,8083
 AEHd - ME+MI+of 41,23% 0,5054 41,23% 0,5054

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ - SAFRA 2011/2012 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	MIX	Média
AMI	3,69%	47,91
AME	49,61%	37,94
AEAd - ME	0,34%	1.084,89
AEAd - MI	13,10%	1.288,77
AEAof	0,00%	0,00
AEHd - ME	5,24%	940,68
AEHd - MI	27,45%	1.080,75
AEHof	0,57%	1.283,27

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	MIX	Média
AMI	3,69%	0,5432
AME	49,61%	0,4319
AEAd - ME	0,34%	0,3817
AEAd - MI	13,10%	0,4534
AEAof	0,00%	0,0000
AEHd - ME	5,24%	0,3454
AEHd - MI	27,45%	0,3968
AEHof	0,57%	0,4712
Media		0,4247

PREÇO FINAL DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	46,38	51,80
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	46,38	51,80

Maringá, 28 de abril de 2011

PAULO ROBERTO MISQUEVIS Presidente
ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO Vice-Presidente

Americanos na FAEP



Fernando Santos

Um grupo de mestrandos americanos visitou no último dia 26 a sede da FAEP, em Curitiba, para assistir à palestra “Brasil, Paraná e o Agronegócio” apresentada pelo coordenador do Departamento Técnico Econômico (DTE), Pedro Loyola e pela economista do mesmo departamento, Gilda Bozza. A mestrandada Melissa Alvarado, da Flórida, afirmou que desconhecia a importância do agronegócio no PIB do Paraná. “A palestra me mostrou como a agricultura é forte no Estado. Por isso é importante conhecermos e visitarmos instituições como a FAEP para ficarmos mais próximos da economia brasileira”, disse.

Desde janeiro deste ano, através da parceria entre a ISAE/ FGV e a Moore School of Business da University of South Carolina, os acadêmicos estão participando da oitava edição do programa “Doing Business in Brazil”.

Sudaneses



Isaias Júnior

Tag Eldin Osman Saeed, diretor geral do Ministério da Agricultura, Recursos Animais e Irrigação do governo de Sudão e Osama Faisal El Sayed Ali, diretor de Relações e Projetos estiveram na FAEP, na semana passada, sendo recebidos pelo diretor financeiro da entidade, João Luiz Rodrigues Biscaia e técnicos do Departamento Técnico Econômico (DTE) e do SENAR-PR. Os sudaneses vieram buscar relações bilaterais na área de tecnologia, capacitação e investimentos brasileiros. Localizado no norte da África, vizinho ao Egito, o Sudão tem 40 milhões de habitantes, petróleo, agricultura e pecuária. E, segundo Osama Faisal, “já temos alguns gaúchos brasileiros por lá”.



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto, Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Polo e Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin e Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santoroza, Luiz de Oliveira Netto e Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do PR

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente: Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos:

Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal:

Sebastião Olímpio Santoroza, Luiz de Oliveira Netto e Jairo Correa de Almeida

Superintendência:

Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon

Redação:

Christiane Kremer, Hemely Cardoso, Katia Santos

Diagramação e Projeto Gráfico:

Alexandre Prado

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR.

Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.



A Arca de Noé

Um dia, o Senhor chamou Noé que morava no Brasil e ordenou-lhe:

– Antes de 21/12/2012, seis meses antes, farei chover ininterruptamente durante 40 dias e 40 noites, até que o Brasil seja coberto pelas águas.

Os maus serão destruídos, mas quero salvar os justos e um casal de cada espécie animal. Vai e constrói uma arca de madeira. No tempo certo, os trovões deram o aviso e os relâmpagos cruzaram o céu. Noé chorava, ajoelhado no quintal de sua casa, quando ouviu a voz do Senhor soar furiosa, entre as nuvens:

– Onde está a arca, Noé?

– Perdoe-me, Senhor, suplicou o homem.

Fiz o que pude, mas encontrei dificuldades imensas: tentei obter uma licença da prefeitura, mas além das altas taxas para obter o alvará, me pediram ainda uma contribuição para a campanha de eleição do prefeito. Fui aos bancos e não consegui empréstimo, mesmo aceitando aquelas taxas de juros...

Começaram então os problemas com o Ibama para a extração da madeira. Eu disse que eram ordens SUAS, mas eles só queriam saber se eu tinha um “Projeto de Reflorestamento” e um tal de “Plano de Manejo”.

Descobriram também uns casais de animais guardados em meu quintal. Fui multado e o fiscal falou em “prisão Inafiançável” e eu acabei tendo que matar o fiscal, porque, para este crime, a lei é mais branda.

Resolvi no peito e na raça começar a obra, mas o CREA me multou porque eu não tinha um engenhei-

ro naval responsável pela construção. Depois apareceu o Sindicato exigindo que eu contratasse seus marceneiros com garantia de emprego por um ano.

Veio em seguida a Receita Federal, falando em “sinais exteriores de riqueza” e também me multou. Finalmente, quando a Secretaria do Meio Ambiente pediu o “Relatório de Impacto Ambiental” sobre a zona a ser inundada, mostrei o mapa do Brasil.

Aí, quiseram me internar num Hospital Psiquiátrico! Sorte que o INSS estava em greve...

Noé terminou o relato chorando, mas notando que o céu clareava perguntou:

– Senhor, não irá mais destruir o Brasil?

– Não! - respondeu a Voz entre as nuvens - Pelo que ouvi de ti, Noé, cheguei tarde! Já se encarregaram de fazer isso!

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

**EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS**

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável